

HABEAS CORPUS Nº 515.262 - SP (2019/0167642-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUÍS CÉSAR ROSSI FRANCISCO - SP227133
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FABIO PEREIRA ALVES (PRESO)
PACIENTE : RIFLEN ROSSI FRANCISCO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de FABIO PEREIRA ALVES e RIFLEN ROSSI FRANCISCO em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na Apelação n. 1500142-44.2018.8.26.0536.

O compulsar dos autos revela que os paciente foram condenados, como incurso nas sanções penais previstas no art. 157, § 2º, II, do Código Penal, às penas de 6 anos, 3 meses e 3 dias de reclusão e de 5 anos e 4 meses de reclusão, respectivamente, em regime inicial fechado.

Contra tal decisão a defesa interpôs apelação, a qual foi parcialmente provida para reduzir as penas dos pacientes para 5 anos e 4 meses de reclusão, mantida, no mais a condenação.

Nas razões do presente *habeas corpus*, alega a defesa que, "*diante do quanto de pena, da primariedade dos pacientes e das circunstâncias judiciais declaradas no acórdão coator como favoráveis aos agentes, o regime inicial prisional legal é o semiaberto e não o fechado*" (e-STJ fl. 4).

Assim, "*o que se pretende, liminarmente, é que seja garantido aos pacientes o direito de aguardar esta impetração em liberdade ou ao menos no regime prisional inicial admissível na espécie (semiaberto)*" – e-STJ fl. 7. E, "*no mérito, o que se almeja é a substituição do regime inicial fechado pelo inicial semiaberto*" (e-STJ fl. 8).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito. Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator